

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 022/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE GEL MONO COMPONENTE DE AUTOREPARO DE PNEUS EM ATENDIMENTO AOS ORGÃOS DEMANDANTES.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 10/06/2026 às 08:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

Processo Administrativo nº 037/2026

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS**, CNPJ n. 19.493.732/0001-99, com endereço na Praça Antônio Alves da Costa, n.300, Vila São Pedro, cidade de Araxá/MG, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Frederico Ozanam Rangel – Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG através do Pregoeiro Sr. Luiz Claudio Ferreira e equipe de apoio designados pela Portaria nº 002/2026 realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e Portarias nº 11/2023, 18/2023, 21/2023, 31/2024, 001/2025 e 22/2025, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 10/06/2026 às 08:30h

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 10/06/2026 às 08:30h

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE GEL MONO COMPONENTE DE AUTOREPARO DE PNEUS EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES.**

1.2. A licitação será de menor preço global, conforme exigências constantes do Termo de Referência - **ANEXO I.**

1.3. São participantes do presente processo licitatório:

ENTES DEMANDANTES

MUNICIPIOS		DISTANCIA ESTIMADA DA SEDE ARAXÁ (CIMINAS)	POPULAÇÃO (Nº HAB)
1	PEDRINOPOLIS	78 KM	3.344 HAB
2	SANTA ROSA DA SERRA	131 KM	3.382 HAB
3	TAPIRAI	148 KM	1.690 HAB
4	MORADA NOVA DE MINAS	334 KM	9.067 HAB
5	VARJÃO DE MINAS	217 KM	6.969 HAB
6	PRATÁPOLIS	255 KM	8 551 HAB
7	ESTRELA DO SUL	195 KM	6 926 HAB
8	INDIANÓPOLIS	148 KM	6.309 HAB
9	GOVERNADOR VALADARES	674 KM	266.649 HAB
10	DORES DO INDAIA	203 KM	12.786 HAB
11	MARTINHO CAMPOS	273 KM	14.461 HAB
12	JAPARAÍBA	231 KM	4.672 HAB
13	SÃO SEBASTIAO DO PARAISO	248 KM	75.179 HAB
TOTAL DE DEMANDANTES:			13

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços e legislação vigente.

2.2. O Artigo 6º da Lei Federal de nº 14.133/2021 em seu inciso XLV prevê que o Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

2.3. Deverá ser observado neste certame as disposições contidas no Artigo 82 e incisos da Lei Federal de nº 14.133/2021, sendo que a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Consórcio Público CIMINAS a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. Por se tratar de licitação na Modalidade Registro de Preços, o Município ou Órgão, poderão contratar quaisquer quantitativos que entenderem, não tendo ainda obrigação de efetuem quaisquer contratações, razão pela qual, não constará reservado quantitativos para os Municípios, pois as contratações irão depender do interesse público, da demanda de obras e serviços, da conveniência administrativa e da disponibilidade de recursos financeiros.

2.5. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

2.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no Artigo 84º da Lei Federal de nº 14.133/2021.

2.7. DO AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

2.8. Neste certame foi obedecido o disposto no Caput do Artigo 86º da Lei Federal de nº14.133/2021, quando foi devidamente publicado no Site do CIMINAS o Aviso de Manifestação de Intenção de Registro de Preços, tendo sido publicado no 08/04/2026, obedecido o prazo mínimo legal de 08 (oito) dias úteis.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no portal **LICITANET** (www.licitanet.com.br).

3.2. Os interessados devem possuir ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

3.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 3.4 e mantê-los atualizados junto aos

órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no item 3.5 poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

3.7. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI.

3.8. O valor previsto para o presente Edital é superior aos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n. 8.538, de 2015 e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

3.9.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio

3.9.2. A vedação justifica-se porque o objeto corresponde ao fornecimento de item único, padronizado, com obrigações acessórias de entrega técnica e treinamento, não havendo complexidade técnica, diversidade de especialidades ou magnitude operacional que exija a conjugação de empresas para viabilizar a execução. A admissão de consórcio, neste caso, poderia gerar dificuldade de rastreabilidade do produto, divisão indevida de responsabilidades sobre marca, fabricante, documentação técnica, entrega técnica, treinamento e substituição do produto, sem acréscimo efetivo à competitividade

3.9.3. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.9.4. As empresas que estiverem localizados em um raio superior à de 675 km da sede do CIMINAS, devido ao fato de atender as pequenas cidades integrantes do Consórcio, bem como garantir e flexibilizar todo o processo de logística, atendendo assim ao princípio da economicidade, eficiência e bom uso da máquina pública.

3.9.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento)

do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.9.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.9.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.9.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.9.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

3.9.10. O impedimento de que trata o item 3.14.4, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9.11. O licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9.12. A critério do CIMINAS e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem o 3.14.09 e 3.14.8, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo

econômico.

3.9.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9.15. O disposto no item 3.14.12 e seguintes, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9.17. Que constem no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e/ou tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público.

3.9.18. Impedidas de licitar ou contratar com a contratante, bem como, com os municípios e sua Administração Direta e Indireta.

3.9.19. Inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedidas ou suspensas, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.9.20. Que constem no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

3.9.21. Sob processo Recuperação Judicial ou Falência, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.101/2005.

3.9.22. É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial no processo licitatório, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011).

3.9.23. A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005.

3.9.24. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9.25. Os documentos necessários à habilitação que foram juntados à plataforma eletrônica de licitações, serão objetos de conferência e autenticação pelos servidores designados como Agente de Contratação Responsável e/ou Equipe de Apoio.

3.9.26. Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, de acordo com as hipóteses previstas no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

3.9.27. Os preços contratuais serão reajustados monetariamente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o decurso da anualidade da data do orçamento estimado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), ou outro índice oficial que venha a sucedê-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, em conformidade com o disposto no art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

3.9.28. O índice de reajustamento de preço será o INPC/IBGE. Caso este índice seja extinto ou deixe de ser divulgado pelo órgão oficial competente, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos dos insumos relacionados ao objeto contratual, mediante justificativa técnica e aprovação do Consórcio.

3.9.29. O primeiro reajuste somente ocorrerá após o decurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, mesmo que a execução contratual se inicie em data posterior.

3.9.30. Os reajustes subsequentes observarão o mesmo intervalo anual, tendo como

termo inicial a data do último reajuste aplicado.

3.9.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.9.32. Ficam ressalvadas as situações previstas no artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

3.9.33. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório deste pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitanet.com.br, sob pena de não conhecimento.

4.2. Caberá ao Pregoeiro Responsável responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, bem como ao Departamento requisitante do objeto do certame.

4.3. Qualquer modificação no Edital exigirá divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.

4.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, assim sendo, o proponente/licitante que interpor a impugnação não estará impedido de participar do certame.

4.5. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e

deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1. Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2.2. Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2.3. Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2.4. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

5.2.5. Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2.6. Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

5.2.7. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

5.2.8. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

5.2.9. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos.

5.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O fornecedor classificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar sua condição no campo específico do sistema eletrônico. No entanto, em razão do elevado valor da contratação, este processo não concederá os benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme vedação estabelecida no Art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.5. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.6. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.7.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.7.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela contratante ou de sua desconexão.

5.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

5.12. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro Responsável.

5.13. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

5.14. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades legalmente previstas (artigo 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021), sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou pela revogação da licitação.

5.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5.17. Caso o licitante arrematante do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será este inabilitado, podendo ser aplicadas as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocado o próximo seguindo a ordem de classificação.

5.18. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.19. Todas as entregas deverão ocorrer no endereço informado na Ordem de Fornecimento da contratante ou de cada município, órgão ou entidade.

5.20. A documentação referente a Habilitação somente será solicitada dos licitantes vencedores após fase de disputa, não havendo necessidade do envio em conjunto ao cadastramento da proposta.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total;

6.1.2. Marca – em caso de fornecimento de bens;

6.1.3. Fabricante – em caso de fornecimento de bens;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.5. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro.

6.6. Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal **LICITANET** e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às do **TERMO DE REFERÊNCIA**.

6.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.14. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.13.

6.15. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos licitantes ou contratados pode ensejar, após o devido processo legal, a responsabilização junto ao Tribunal de Contas da União, assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.16. O licitante previamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentar, juntamente com a proposta realinhada, laudo técnico que comprove que as especificações detalhadas do item ofertado, atende a todas as necessidades deste instrumento editalício

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o presente certame adotará o procedimento com inversão de fases, de modo que o julgamento das propostas ocorrerá previamente à fase de habilitação.

Lei 14.133/2021. Art. 17. § 1º:

A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação

7.4.1. A adoção da inversão de fases justifica-se em razão dos princípios da eficiência, da economicidade, da celeridade processual e da competitividade, que regem as contratações públicas.

7.4.2. Tal procedimento permite que a Administração realize a análise documental de habilitação de todos os licitantes, evitando-se que empresas não qualificadas, possam seguir para a etapa de lances, dessa forma racionalizando a disputa.

7.4.3. Além disso, a inversão de fases contribui para a ampliação da competitividade, na medida em que prioriza o julgamento objetivo das propostas, assegurando maior transparência e foco na seleção da proposta mais vantajosa para o CIMINAS.

7.4.4. Destaca-se, ainda, que o procedimento encontra respaldo legal expresso e já consolidado nas práticas licitatórias contemporâneas, especialmente em contratações que demandam maior dinamismo e eficiência administrativa.

7.4.5. A adoção da inversão de fases mostra-se medida adequada e compatível com o interesse público, promovendo maior efetividade ao procedimento licitatório e assegurando a observância dos princípios norteadores da Administração Pública.

7.4.6. Dessa forma o CIMINAS se encontra respaldado pela lei e pelos princípios norteadores dos processos licitatórios.

7.5. Somente poderá participar da etapa de lances o licitante que apresentar toda a documentação de habilitação devidamente completa e em conformidade com as exigências previstas no item 9 deste Edital.

7.6. A verificação da regularidade e completude dos documentos habilitatórios observará rigorosamente os critérios estabelecidos neste instrumento convocatório, sendo vedada a participação na fase subsequente do certame àquele que deixar de apresentar qualquer documento exigido ou apresentá-lo em desacordo com as disposições editalícias.

7.7. Constatada a plena conformidade da documentação apresentada, o licitante será declarado habilitado para prosseguir à etapa de lances, garantindo-se a

observância dos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da segurança jurídica.

7.8. Dessa forma, seguindo todos os tramites legais, logo em seguida, iniciará a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou do lote quando for o caso.

7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.

7.14. Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.18. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema

ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

7.25. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.27. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.30. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

7.31. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado.

8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.2.1. Contiver vícios insanáveis.

8.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

8.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

8.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

8.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco) do valor orçado pela Administração.

8.4. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.4.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

8.4.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.5. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

8.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

8.7. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.8. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.9. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Conforme disposto no § 3º do Artigo 17º da Lei Federal de nº 14.133/2021, na

fase de julgamento, o Consórcio CIMINAS, poderá em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, exames de conformidade e prova de conceito, amostras, dentre outros testes de interesse, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência ou no projeto básico.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Conforme disposto no item 7.4 deste Edital, o presente procedimento licitatório adotará a inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Dessa forma, a análise da documentação de habilitação será realizada previamente à etapa de lances, sendo condição indispensável para que o licitante esteja apto a participar da fase competitiva do certame.

9.3. As declarações obrigatórias conforme Lei 14133/2021 são atestadas pelo licitante no ato de cadastramento da proposta via sistema, não havendo necessidade de envio de declarações em conjunto aos documentos de habilitação.

9.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira são:

9.4.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.

9.4.1.1. Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.

9.4.1.2. OBSERVAÇÃO: O(s) ramo(s) de atividade(s) constante(s) do Objeto Social (principal e/ou secundárias) deverá(ão) ser compatível(is) com o objeto ora licitado.

9.4.1.3. Documentos pessoais dos sócios/administradores.

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1. A qualificação técnica tem por finalidade comprovar que a licitante possui aptidão operacional mínima para fornecer produto compatível com o objeto licitado e cumprir as obrigações de entrega técnica e treinamento.

9.5.2. A licitante deverá apresentar:

9.5.3. atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento satisfatório de produto compatível com o objeto licitado;

9.5.4. declaração de que possui condições de realizar entrega técnica e treinamento dos servidores municipais indicados;

9.5.5. indicação do responsável ou instrutor que realizara a entrega técnica e o treinamento, podendo ser profissional da licitante, do fabricante, de distribuidor oficial ou pessoa tecnicamente capacitada para orientação de uso do produto;

9.5.6. declaração de disponibilidade para atendimento dos municípios participantes, conforme prazos, locais e condições estabelecidos neste Termo de Referência / Habilitação e na Ata de Registro de Preços.

9.5.6.1. O atestado de capacidade técnica deverá conter:

9.5.6.2. identificação da pessoa jurídica emitente

9.5.6.3. CNPJ do emitente

9.5.6.4. identificação da licitante

9.5.6.5. descrição do produto fornecido

9.5.6.6. quantitativo fornecido

9.5.6.7. data ou período de fornecimento

9.5.6.8. declaração de fornecimento satisfatório

9.5.6.9. identificação e assinatura do responsável pela emissão

9.5.6.10. telefone, e-mail ou outro meio que permita diligência

9.5.6.11. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica, desde que os documentos apresentados sejam compatíveis com o objeto licitado.

9.5.6.12. O atestado de capacidade técnica poderá ser diligenciado pela Administração para confirmação de autenticidade, suficiência, pertinência e compatibilidade.

9.5.6.13. A exigência de atestado de capacidade técnica não se confunde com a declaração de atendimento satisfatório do produto. O atestado comprova a experiência operacional da licitante; a declaração de atendimento satisfatório comprova desempenho anterior do produto ofertado em órgão ou entidade pública

9.5.7. declaração de que possui condições de realizar entrega técnica e treinamento dos servidores municipais indicados.

- 9.5.8.** indicação do responsável ou instrutor que realizara a entrega técnica e o treinamento, podendo ser profissional da licitante, do fabricante, de distribuidor oficial ou pessoa tecnicamente capacitada para orientação de uso do produto.
- 9.5.9.** declaração de disponibilidade para atendimento dos municípios participantes, conforme prazos, locais e condições estabelecidos neste Termo de Referência / Habilitação e na Ata de Registro de Preços.
- 9.5.10.** Em se tratando de um produto químico complexo e que necessita atender a normas técnicas específicas, Prova de regularidade do fabricante do produto proposto e de seu responsável técnico junto ao CRQ (Conselho Regional de Química da localidade onde está o fabricante está sediado). Somente serão aceitos registros de indústrias.
- 9.5.11.** Declaração do fabricante de que o licitante proponente está apto/capacitado a realizar entregas técnicas e ministrar treinamentos sobre a correta utilização do produto proposto aos funcionários da contratante que o manusearão. Por motivos óbvios, caso o licitante seja o próprio fabricante, fica dispensado desta exigência.
- 9.5.11.1.** *Quando a licitante não for a fabricante do produto, deverá apresentar declaração técnica emitida pelo fabricante, distribuidor oficial ou responsável técnico habilitado, atestando que o produto ofertado corresponde à ficha técnica e à FISPQ/FDS apresentadas, bem como que a licitante dispõe das informações técnicas necessárias para realizar entrega técnica e treinamento básico dos servidores municipais quanto ao armazenamento, manuseio, limitações e aplicação do produto.*
- 9.5.11.2.** *A declaração não implicará solidariedade comercial do fabricante, exclusividade de revenda, autorização comercial restritiva, credenciamento obrigatório ou limitação de mercado, destinando-se exclusivamente à comprovação técnica do produto ofertado e da aptidão para orientação de uso*
- 9.5.12.** Declaração de atendimento satisfatório emitida outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o mesmo produto (marca e fabricante), de acordo com o Art. 42, II da Lei 14.133/21.
- 9.5.13.** Catálogo ou Ficha Técnica do produto proposto evidenciando que ele atenda às exigências editalícias.

9.5.14. FISPQ – Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico

9.5.15. O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

9.6. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.6.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.6.2. Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

9.6.3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, da sede da licitante;

9.6.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município sede da licitante;

9.6.5. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.6.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.

9.6.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:

9.6.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz

9.6.9. Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

9.7. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.7.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.

9.7.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

9.7.3. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.7.4. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:

- a) Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- b) Publicados em Diário Oficial; e
- c) Publicados em jornal de grande circulação; ou
- d) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.7.5. Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA):

- a) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou

b) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

c) Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

9.7.6. Sociedade criada no exercício em curso:

a) Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.7.7. A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

9.7.8. Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

9.7.9. Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

9.7.10. Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Legenda:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

9.7.11. JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

9.7.11.1. A licitante deverá apresentar:

9.7.11.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigível, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

9.7.11.3. comprovação de capital social mínimo correspondente a 10% do valor estimado da licitação.

9.7.11.4. As empresas constituídas no exercício em curso, ainda sem exercício social encerrado e exigível, deverão apresentar balanço de abertura, acompanhado dos documentos societários e contábeis correspondentes.

9.7.11.5. A comprovação do capital social mínimo deverá constar do ato constitutivo, contrato social, estatuto social, alteração contratual, certidão simplificada da Junta Comercial ou documento societário que demonstre capital social de 10% do valor total estimado

9.7.11.6. Não serão exigidos índices contábeis de liquidez, solvência, endividamento, rentabilidade ou lucratividade.

9.8. A exigência de capital social mínimo justifica-se pela necessidade de comprovar estrutura econômico-financeira mínima da licitante para suportar fornecimento futuro, parcelado e descentralizado, com atendimento a múltiplos municípios participantes, custos logísticos, manutenção de disponibilidade de produto, entrega técnica, treinamento de servidores e cumprimento regular das obrigações durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.9. Além das declarações do item 6.11 o licitante deve assinar no sistema

eletrônico as seguintes DECLARAÇÕES:

9.9.1. que não incorre nas condições impeditivas do art. 14º da lei 14.133/21.

9.9.2. que não possui no quadro societário, servidor público da ativa, da administração direta ou indireta da contratante e dos municípios, em atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo da sua inteira responsabilidade a fiscalização desta vedação;

9.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.16. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

9.17. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.18. Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

9.19. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro Responsável a verificação de documento cuja validade possa ser confirmada via Internet, desde que, na fase de habilitação, a sua verificação seja possível em sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo. Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1.a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2.a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas correrão na dotação orçamentária designada por cada município.

11.2. Os valores estimados de preços por município participante será para 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

12. DOS RECURSOS

12.1. Como o processo correrá com a inversão de fases, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.

12.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. Serão abertos prazos de manifestação de intenção de recurso em dois momentos, o primeiro após a fase de disputa, e o segundo após a fase de habilitação, as manifestações da fase de disputa serão analisadas após findo o prazo de manifestação na fase de habilitação conforme Art 40 da IN 73/2022.

12.4. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.5.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.5.2.O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.5.3.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

12.5.4.Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos

12.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CIMINAS.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

13.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.1.2. Realizar a entrega dos itens na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.

13.1.3. Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.

13.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

13.1.5. É de responsabilidade da Contratada todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução do objeto.

13.1.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação

13.1.7. A Contratada deverá fornecer mensalmente ao CIMINAS um relatório detalhado dos quantitativos dos itens fornecidos durante o período. Este relatório é essencial para o controle, acompanhamento da execução contratual e gestão dos recursos.

13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.2.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.
- 13.2.2.** Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.
- 13.2.3.** Pagar a importância correspondente, após a entrega do objeto pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais, devidamente atestadas.
- 13.2.4.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 13.2.5.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 13.2.6.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 13.2.7.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 13.2.7.1.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 13.2.7.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.
- 13.2.7.3.** A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

14.1. Caberá à CONTRATADA refazer a entrega dos produtos licitados (sem ônus para a contratante) sempre que os produtos estiverem em desacordo com as especificações deste termo de referência.

15. DA GESTÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.6. As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.

15.7. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação os fiscais designados nos futuros Contratos dos respectivos municípios aderentes observados as legislações vigentes.

15.8. Na ocorrência de atrasos na entrega, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na lei e no edital de convocação.

15.9. A fiscalização do objeto desta licitação ficará a cargo do município contratante, juntamente com o técnico responsável que será designado para tal finalidade, observados as legislações vigentes.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

16.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

16.2.4. deixar de apresentar amostra quando solicitado;

16.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

16.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

16.2.9. fraudar a licitação.

16.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 16.2.10.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 16.2.10.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 16.2.10.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.2.10.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.2.10.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 16.3.1.** advertência;
- 16.3.2.** multa;
- 16.3.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 16.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 16.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 16.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.6. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1 e 16.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.7. Para as infrações previstas nos itens 16.2.8 e 16.2.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.2.8 e 16.2.10, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.1, 16.2, 16.2.8 e 16.2.10, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.2.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da

intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

17.1. As condições de fornecimento e recebimento do objeto da licitação serão realizadas de acordo com o disposto no ANEXO I – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar - ETP.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou

demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, em www.licitanet.com.br e ciminas.mg.gov.br/licitacoes.

19.11. As adesões são permitidas, desde que haja a anuência do órgão gerenciador/contratante e CONTRATADA.

19.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
ANEXO II – Ata de Registro de Preço
ANEXO III – Minuta Contratual
ANEXO IV – Justificativa Técnica de exigências

Araxá/MG, 21 de maio de 2026

Farnese Silva Filho

CIMINAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREÂMBULO

Em atendimento às solicitações dos municípios ou órgãos e do próprio CIMINAS, por deliberação do Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, e ainda Protocolo e Estatuto inscrita no CNPJ sob o nº 19.493.732/0001-99, integra a administração indireta de todos os entes consorcia, elaboramos o presente Termo de Referência, contendo as informações necessárias para dar subsídio à instauração de procedimento licitatório, **DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, visando à futura e eventual contratação, com fulcro nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, pelo Sistema de Registro de Preços (**SRP**), na observância às disposições constantes nas portarias mencionadas da CIMINAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE GEL MONO COMPONENTE DE AUTOREPARO DE PNEUS EM ATENDIMENTO AOS ORGÃOS DEMANDANTES

Conforme exigência legal, o **CIMINAS - Consórcio Interfederativo de Minas Gerais** realizou pesquisa de preços de mercado junto aos bancos de preços que são disponibilizadas pelos entes federativos e empresas públicas, e apurou a estimativa presente na Planilha Orçamentária, para atendimento das cidades que compõem o consórcio. Os valores descritos correspondem a integral e total remuneração que será repassada à empresa contratada a qualquer título, seja de mão de obra, equipamentos, maquinário, veículos e insumos necessários à execução dos serviços conforme este Termo de Referência.

1. DA COMPRA COMPARTILHADA

1.1 O Consórcio Interfederativo de Minas Gerais objetivando o atendimento de demanda advinda dos municípios e órgãos, torna público o presente procedimento licitatório, tendo em vista o abastecimento e a celeridade na aquisição dos itens pleiteados.

1.2 A legislação brasileira que rege as licitações públicas autoriza a realização de licitação compartilhada por consórcio público. O tema já era disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, art. 112, §1º, proveniente de alteração legislativa contida no âmbito da Lei 11.107/2023, que rege os consórcios públicos, e autoriza aos Consórcios Públicos a realização licitação, da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos Municípios.

1.3 O Decreto Federal nº 6.017/2007, que regulamenta a Lei nº 11.107/05 e dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, denota que os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes que se consorciarem, admitindo-se, entre outros, os seguintes:

- I - a gestão associada de serviços públicos;
- II - a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos municípios;
- III - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;
- IV - a produção de informações ou de estudos técnicos.

1.3.1 Além disso, ainda no mesmo decreto explana em seu dispositivo legal:

Art. 19. Os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

1.3.2 A Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) inova ainda mais ao dispor em seu conteúdo jurídico o seguinte:

Art. 181. Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.

Parágrafo único. No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades previstas no **caput** deste artigo, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

1.4 Nesse caso, o consórcio atuará apenas como órgão gerenciador e interessado, com amparo técnico e logístico para os seus consorciados, responsabilizando-se pela condução e gerenciamento dos procedimentos licitatórios.

1.5 Alcançar este resultado corrobora com o papel desempenhado pelo órgão na busca incessante por melhores práticas nas compras governamentais compartilhadas, com aumento da economia de escala, celeridade e segurança, sempre em observância aos preceitos esculpidos na legislação que envolve a matéria das aquisições públicas coletivas, assunto tão prestigiado na Nova Lei de Licitações que, há muito, parece ser uma realidade para os municípios que integram o CIMINAS.

1.6 O CIMINAS preza atuar sempre de modo articulado com seus municípios integrantes, gerando credibilidade na gestão de suas compras, assim como conscientizando os Municípios e os órgãos a estimarem suas demandas (quantitativos anuais por lotes), o mais próximo à realidade de suas localidades, bem como fiscalizando seus contratos, aplicando penalidades se necessário e, sobretudo, zelando pela segurança jurídica em suas aquisições.

1.7 É necessário ter como primazia às boas práticas públicas, seja nas compras governamentais, onde a Administração Pública deve estabelecer confiança mútua em suas contratações, seja mediante seu papel regulamentador, com uma fiscalização mais atuante e efetiva participação de servidores capacitados para bem exercer suas funções.

1.8 Por tudo que foi dito, é notória a importância do CIMINAS para os municípios participantes, especialmente, pela articulação de alternativas para as necessidades

locais, e, sobretudo, pelas demandas exitosas na área de gestão pública, neste caso especial, na administração geral. Fica assim demonstrado que a economia de escala foi bastante expressiva, não apenas por contribuir com a redução dos gastos públicos, como, também, por favorecer as demandas dos Municípios ou Órgãos do CIMINAS.

1.9 Deste modo, conclui-se que a compra compartilhada a ser realizada pelo CIMINAS é uma estratégia eficiente e eficaz, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios que formalizarem a intenção de Registro de preço:

2. JUSTIFICATIVA:

Diante das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos órgãos demandantes, o CIMINAS realizou a busca de alternativas que suprissem as necessidades, nesse caso específico, o problema decorrente de furos em pneus dos veículos que compõe a frota pública.

O problema consiste não só no gasto com borracharias ao realizar o reparo dos pneus, mas também no tempo dispendido para tal conserto, ficando o veículo fora de circulação durante o reparo, assim como seus ocupantes.

Tal situação vem causando transtornos aos municípios, pois em municípios de pequeno porte, a frota é restrita, fazendo com que ocorra ruptura no planejamento da segurança pública.

Diante de tal situação, após pesquisas realizadas na internet, encontrou como solução empresas que aplicam produtos selantes nos pneus dos veículos, tal categoria de produto cria uma camada no interior do pneu vedando-o, fazendo com que furos sejam imediatamente reparados de dentro para fora e o veículo não necessite parar para realização dos reparos, além de prolongar a vida útil dos pneus, manter a calibragem dos pneus, alinhamento e balanceamento, o que pode ainda acarretar em economia de combustível.

Apurou-se que tais produtos já vêm sendo utilizado com sucesso em vários municípios, o que demonstrou ser a alternativa apropriada para solução do problema apresentado.

Foram encontradas diversas versões do produto pretendido, contudo, existe também grande variação na composição e especificidade.

Assim, considerando que a utilização do GEL DE AUTORREPARO, promove o uso do pneu com segurança, mantém a calibragem do pneu, sem variações por furos indesejáveis, promove a proteção através da formação de uma camada, um filme gelatinoso, na face interna da banda de rodagem, que veda automaticamente eventuais furos de dentro para fora.

Considerando que devido a sua formulação, o filme gelatinoso rouba temperatura do pneu, ajudando a reduzir o aquecimento do pneu pelo atrito com o solo, o que aumenta a vida útil dos pneus.

Considerando que o pneu fica protegido contra furos na banda de rodagem de até 3mm para Pneus de Moto, de até 6mm para Pneus de Carros e de 8mm para Pneus de Caminhões, Ônibus e Veículos Pesados.

Considerando que mesmo quando o objeto perfurante é removido do pneu, o selante preenche automaticamente a perfuração, de dentro para fora, impedindo que o ar escape, mantendo a pressão, alinhamento e balanceamento dos pneus inalterados.

Decide-se pelo registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de GEL MONOCOMPONENTE DE AUTORREPARO, o que ocasionará a economia diante da escala, diante da redução dos custos com serviços de borracharia, assim como aumento de eficiência já que não necessita de paralização dos veículos para conserto dos pneus.

3. TABELA ORÇAMENTÁRIA:

3.1. A descrição completa do item, está relacionados na tabela orçamentária abaixo:

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANT	VL UNITARIO
1	GEL MONOCOMPONENTE DE AUTOREPARO, para autorreparo de pneus contra perfurações na banda de rodagem, que promove o uso do pneu mesmo que furado com segurança, mantendo a calibragem do pneu. Ecologicamente correto, preto, gelatinoso, com PH neutro, não inflamável, produzido sem o uso de nenhuma substância tóxica. Galão com 20 litros.	Galão com 20 litros.	2400	R\$ 2.038,43

	VALOR GLOBAL			4.892.232,00
--	--------------	--	--	--------------

3.1.1. Como este certame adotará a inversão de fases, após a etapa de lances, o detentor da melhor oferta deverá obrigatoriamente enviar juntamente com a proposta final ajustada ou mediante convocação do pregoeiro, os seguintes documentos técnicos relativos ao produto ofertado:

- a) ficha técnica do produto;
- b) FISPQ/FDS do produto;
- c) catálogo, manual ou prospecto técnico do produto;
- d) identificação do fabricante;
- e) comprovação de regularidade técnica do fabricante perante o Conselho Regional de Química - CRQ da jurisdição da sede do fabricante;
- f) identificação do responsável técnico do fabricante, profissional químico legalmente habilitado e compatível com os documentos técnicos apresentados;
- g) declaração técnica do fabricante, distribuidor oficial ou responsável técnico habilitado, caso a licitante não seja a fabricante;
- h) declaração de atendimento satisfatório do produto, emitida por órgão ou entidade pública;
- i) declaração de não substituição de marca, fabricante ou produto sem autorização formal da Administração;
- j) indicação do prazo de validade do produto;
- k) indicação das condições de armazenamento;
- l) indicação da forma de aplicação;
- m) indicação da dosagem ou quantidade orientativa por tipo de pneu, conforme ficha técnica ou manual;
- n) indicação das limitações de uso do produto;
- o) declaração de que o produto ofertado atende integralmente as especificações mínimas deste Termo de Referência / Habilitação

3.1.2. Os documentos técnicos do produto constituem condição de aceitabilidade da proposta, pois se destinam a comprovar a compatibilidade do item ofertado com o objeto licitado, a segurança química do produto, a rastreabilidade do fabricante, a possibilidade de fiscalização e a adequação da entrega técnica e do treinamento.

3.1.3. Não serão aceitos documentos genericos, folders comerciais sem identificação técnica suficiente, documentos desvinculados do produto ofertado ou documentos que não permitam confirmar marca, fabricante, finalidade, forma de aplicação, segurança, validade, armazenamento e compatibilidade do produto com a finalidade pretendida.

3.1.4. O pregoeiro poderá realizar diligência para esclarecer informações constantes da proposta e dos documentos técnicos apresentados, vedada a substituição do produto ofertado, a troca de marca, a troca de fabricante ou a alteração substancial da proposta.

3.1.5. A licitante detentora da melhor oferta que não realizar o envio dos documentos mencionados acima, será **INABILITADA**.

3.1.6. ACEITABILIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA

3.6.1. A proposta somente será aceita se o produto ofertado atender integralmente as especificações mínimas deste Termo de Referência / Hábilitação:

Exigência	Documento de comprovação	Consequência do não atendimento
Identificação da marca	Proposta comercial	Desclassificação
Identificação do fabricante	Proposta, fichá técnica e FISPQ/FDS	Desclassificação
Unidade de fornecimento em galão de 20 litros	Proposta e documentação técnica	Desclassificação
Produto gel monocomponente de autorreparo de pneus	Fichá técnica, catálogo ou manual	Desclassificação
Aplicação preventiva no interior de pneus	Fichá técnica, manual ou catálogo	Desclassificação
pH entre 6,5 e 7,5	Fichá técnica, FISPQ/FDS, laudo ou declaração técnica	Desclassificação
Produto não inflamável	FISPQ/FDS ou documento técnico do fabricante	Desclassificação
Ausência de substâncias tóxicas, corrosivas ou incompatíveis com pneus e rodas	FISPQ/FDS ou declaração técnica	Desclassificação
Validade do produto	Fichá técnica, embalagem, proposta ou declaração técnica	Desclassificação
Orientação de armazenamento	Fichá técnica, FISPQ/FDS ou manual	Desclassificação
Orientação de aplicação	Fichá técnica, manual ou catálogo	Desclassificação
Dosagem orientativa por tipo de pneu	Fichá técnica, manual ou catálogo	Desclassificação
Regularidade técnica do fabricante	Certidão, registro ou documento do CRQ da jurisdição da sede do fabricante	Desclassificação
Responsável técnico do fabricante	Documento técnico, certidão ou declaração técnica	Desclassificação
Declaração de atendimento satisfatório por órgão ou entidade pública	Declaração específica	Desclassificação

Exigência	Documento de comprovação	Consequência do não atendimento
Entrega técnica e treinamento	Declaração da licitante e declaração técnica do fabricante, distribuidor oficial ou responsável técnico	Desclassificação
Não substituição de marca, fabricante ou produto	Declaração da licitante	Desclassificação

3.6.2. A Administração poderá diligenciar para esclarecer inconsistências formais, confirmar autenticidade, complementar informações de documentos já apresentados ou verificar fatos existentes a época da abertura do certame.

3.6.3. A diligência não poderá ser utilizada para permitir a apresentação de novo produto, nova marca, novo fabricante ou documentação técnica vinculada a produto diverso daquele originalmente ofertado

3.2. FICHA TÉCNICA DO PRODUTO

3.2.1. A ficha técnica deverá conter:

- nome comercial do produto;
- marca;
- Fabricante;
- finalidade de uso;
- forma de aplicação;
- tipos de pneus compatíveis;
- rendimento ou quantidade orientativa por tipo de pneu;
- pH, com indicação de variação entre 6,5 e 7,5;
- informações sobre inflamabilidade;
- validade;
- condições de armazenamento;
- restrições de uso;
- orientações gerais de segurança;
- identificação do responsável técnico do fabricante.

3.2.2. A ausência de ficha técnica ou a apresentação de ficha técnica insuficiente para comprovar a compatibilidade do produto implicará desclassificação da proposta. A diligência será admitida apenas para esclarecer informação já constante de documento apresentado, confirmar autenticidade ou complementar dado técnico vinculado ao mesmo produto ofertado

3.3. FISPQ/FDS

3.3.1. A FISPQ/FDS deverá ser apresentada em versão atualizada e compatível com o produto ofertado.

3.3.2. A FISPQ/FDS deverá conter informações suficientes sobre:

- identificação do produto;
- identificação do fabricante;
- composição e informações sobre ingredientes;
- classificação de perigos;
- medidas de primeiros socorros;
- medidas de combate a incêndio;
- medidas de controle para derramamento ou vazamento;
- manuseio e armazenamento;
- controle de exposição e proteção individual;
- propriedades físico-químicas;
- estabilidade e reatividade;
- informações toxicológicas;
- informações ecológicas;
- considerações sobre destinação final;
- informações de transporte;
- regulamentações aplicáveis.

3.3.3. A apresentação da FISPQ/FDS é indispensável porque o produto será armazenado, manuseado e aplicado por servidores municipais após treinamento.

3.3.4. A ausência de FISPQ/FDS compatível com o produto ofertado implicará desclassificação da proposta

3.4. REGULARIDADE TÉCNICA DO FABRICANTE RESPONSÁVEL TÉCNICO

3.4.1. Considerando a natureza química do produto, deverá ser apresentada comprovação de regularidade técnica do fabricante perante o Conselho Regional de Química - CRQ da jurisdição da sede do fabricante.

3.4.2. Também deverá ser identificado o responsável técnico do fabricante, profissional químico legalmente habilitado, compatível com os documentos técnicos apresentados, especialmente fichá técnica, FISPQ/FDS e declarações técnicas.

3.4.3. A exigência recai sobre a rastreabilidade e segurança técnica do produto, não implicando exigência de que a licitante seja fabricante, nem restringindo a participação de distribuidores, revendedores ou fornecedores aptos.

3.4.4. A ausência de comprovação de regularidade técnica do fabricante ou de identificação do responsável técnico do fabricante implicará desclassificação da proposta

3.5. DECLARAÇÃO TÉCNICA DO FABRICANTE OU RT

3.5.1. A licitante que não for a fabricante do produto deverá apresentar declaração técnica emitida pelo fabricante, distribuidor oficial ou responsável técnico habilitado, atestando que:

- a) o produto ofertado corresponde a fichá técnica e a FISPQ/FDS apresentadas;
- b) o produto é destinado a finalidade indicada neste Termo de Referência / Habilitação;
- c) a licitante dispõe das informações técnicas necessárias para realizar entrega técnica e treinamento básico dos servidores municipais;
- d) as orientações de armazenamento, manuseio e aplicação serão compatíveis com a documentação técnica do produto.

3.5.2. A declaração não implicará solidariedade comercial do fabricante, exclusividade de revenda, autorização comercial restritiva, credenciamento obrigatório ou limitação de mercado, destinando-se exclusivamente a comprovação técnica do produto ofertado e da aptidão para orientação de uso.

3.5.3. A ausência da declaração técnica, para licitante não fabricante, implicará desclassificação da proposta.

3.5.4. A licitante fabricante substituirá essa declaração por declaração própria, assinada por seu representante legal e por seu responsável técnico, confirmando as informações previstas neste item

3.6. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DO PROUTO

3.6.1. A licitante deverá apresentar declaração de atendimento satisfatório do produto, emitida por órgão ou entidade pública, demonstrando que o produto ofertado já foi utilizado de forma satisfatória em situação real e compatível com a finalidade pretendida pela Administração.

3.6.2. A declaração deverá indicar:

- a) identificação do produto utilizado;
- b) marca e fabricante;
- c) período ou ocasião de uso;
- d) finalidade de aplicação;
- e) uso em frota, veículo, equipamento ou contexto operacional público;
- f) desempenho satisfatório do produto;
- g) ausência de registro de dano associado ao uso regular;
- h) identificação do órgão ou entidade pública emitente;
- i) identificação do responsável pela emissão;
- j) telefone, e-mail ou outro meio oficial que permita diligência pela Administração.

3.6.3. A declaração de atendimento satisfatório não se confunde com o atestado de capacidade técnica da licitante. O atestado comprova experiência operacional do fornecedor; a declaração de atendimento satisfatório demonstra desempenho institucional anterior do produto ofertado. Não serão aceitas declarações emitidas por entidades privadas para essa finalidade.

3.6.4. A ausência da declaração de atendimento satisfatório do produto implicará desclassificação da proposta

3.7. DECLARAÇÃO DE NÃO SUBSTITUIÇÃO DE MARCA, FABRICANTE OU PRODUTO

3.7.1. A licitante deverá apresentar declaração expressa de que fornecerá exatamente o produto ofertado, com a marca, fabricante, ficha técnica, FISPQ/FDS, documentação técnica e amostra aprovadas pela Administração.

3.7.2. A licitante deverá declarar ciência de que fica vedada a substituição de marca, fabricante, composição, produto ou especificação durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

3.7.3. A substituição somente será admitida em hipótese excepcional, mediante:

- a) justificativa formal da contratada;
- b) comprovação de impossibilidade superveniente de fornecimento do produto originalmente aceito;
- c) comprovação de equivalência técnica integral ou superior;
- d) apresentação de nova ficha técnica;
- e) apresentação de nova FISPQ/FDS;
- f) apresentação de documentação técnica do fabricante;
- g) apresentação de nova amostra, se solicitada pela Administração;
- h) análise técnica da Administração;
- i) autorização formal do órgão competente;
- j) manutenção do preço registrado.

3.7.4. A substituição não autorizada implicará rejeição do produto, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.7.5. A ausência da declaração de não substituição implicará desclassificação da proposta.

3.8. AMOSTRA

3.8.1. O CIMINAS exigirá amostra do produto ofertado pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, após a fase de lances e antes da aceitação definitiva da proposta.

3.8.2. A amostra deverá ser apresentada no prazo de **3 dias úteis**, contado da convocação pelo sistema, no local indicado pelo órgão gerenciador.

3.8.3. A amostra deverá corresponder ao produto efetivamente ofertado na proposta e na documentação técnica apresentada.

3.8.4. A amostra será avaliada quanto a:

- a) embalagem;
- b) rotulagem;
- c) identificação de fabricante;
- d) volume;
- e) lote;
- f) validade;
- g) integridade do acondicionamento;
- h) compatibilidade com a ficha técnica;

- i) compatibilidade com a FISPQ/FDS;
- j) correspondência com a marca e produto ofertados;
- k) ausência de divergência objetiva em relação a proposta.

3.8.5. A análise da amostra terá caráter objetivo e será formalizada em relatório técnico.

3.8.6. A não apresentação da amostra no prazo, a apresentação de produto diverso do ofertado ou a incompatibilidade objetiva entre amostra, proposta e documentação técnica implicará desclassificação da proposta

3.9. MODO DE EXECUÇÃO

3.9.1. A empresa contratada deverá entregar os produtos obedecendo às normas e padrões da ABNT, devendo estes ser de excelente qualidade e atenderem eficazmente às finalidades que deles naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

3.9.2. A empresa licitante é obrigada a cotar produtos que atendam integralmente todas as normas técnica vigentes, em especial da ABNT.

3.9.3. A Empresa contratada deverá fornecer produto proposto, sem possibilidade de substituição de marca. O produto deve possuir Ficha Técnica, Ficha FISPQ, possuir Responsável Técnico. Tanto o fabricante, quanto o Responsável Técnico devem estar quites com suas obrigações junto ao Conselho Regional de Química da localidade onde se encontra sua sede.

3.9.4. A Empresa deverá fornecer o material objeto deste Termo de Referência no padrão e no prazo exigido. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente sobre o produto vendido, bem como, eventual custo adicional de frete na entrega.

3.9.5. Substituir sem custos adicionais para a contratante todo o material que se revelar defeituoso ou em desacordo com o padrão exigido neste Termo de Referência.

3.9.6. Manter durante a vigência da ATA de Registro de Preços, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação, sob pena de rescisão da ATA respectiva, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

3.10. PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

3.10.1. As especificações dos produtos estão contidas, integralmente, neste

Termo de Referência e serão aceitos somente os produtos propostos, sem possibilidade de substituição de marca.

3.10.2. Prazo para entrega: O fornecedor deverá efetuar a entrega dos produtos em até 10 (dez) dias, após a solicitação de entrega/autorização de fornecimento, sem qualquer despesa para o município, tais como: frete, seguro, descarga e quaisquer outras despesas inerentes à entrega do objeto.

3.10.3. Entrega Técnica: Concomitantemente a entrega dos produtos, a contratada deverá realizar a entrega técnica e o treinamento PRÁTICO e TEÓRICO dos funcionários que utilizarão o produto.

3.10.4. Local de entrega: Os produtos serão entregues no endereço e no horário descritos nas ordens de fornecimento/autorizações de fornecimento.

3.10.5. A contratada deverá realizar entrega técnica e treinamento dos servidores indicados pelos municípios participantes.

3.10.6. A entrega técnica e o treinamento são obrigações essenciais da contratação, pois a aplicação do produto será realizada pelos responsáveis pela manutenção da frota municipal.

3.10.7. O treinamento deverá contemplar:

- a) apresentação do produto;
- b) finalidade e limitações técnicas;
- c) leitura básica da ficha técnica;
- d) leitura básica da FISPQ/FDS;
- e) identificação de embalagem, lote, validade e fabricante;
- f) cuidados de armazenamento;
- g) cuidados de manuseio;
- h) equipamentos de proteção recomendados;
- i) inspeção prévia do pneu;
- j) condições em que o produto não deve ser aplicado;
- k) procedimento de aplicação;
- l) dosagem orientativa por tipo de pneu;
- m) cuidados posteriores a aplicação;

- n) registro interno de aplicação;
- o) distinção entre autorreparo preventivo e manutenção corretiva ordinária.

3.10.8. O treinamento deverá ser comprovado por lista de presença, relatório de entrega técnica ou declaração de treinamento, contendo identificação do município, data, local, conteúdo ministrado, servidores participantes e responsável pelo treinamento.

3.10.9. A primeira entrega a cada município deverá ser acompanhada de entrega técnica.

3.10.10. A aplicação do produto será realizada exclusivamente pelos municípios participantes, por meio dos servidores responsáveis pela manutenção da frota, após a entrega técnica e o treinamento.

3.10.11. A contratada não será responsável pela aplicação rotineira do produto nos veículos, máquinas e equipamentos dos municípios.

3.10.12. A contratada respondera pela conformidade do produto, pela veracidade da documentação técnica apresentada, pela qualidade da entrega técnica e pelas orientações prestadas.

3.10.13. O município participante respondera pela aplicação realizada por seus servidores após o treinamento, especialmente quando houver descumprimento das orientações técnicas, aplicação em pneus sem condição de uso ou utilização em desacordo com a fichá técnica e a FISPQ/FDS

3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

3.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.1.2. Realizar a entrega dos itens na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.

3.1.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local (este designado na Ordem de Fornecimento do órgão demandante) constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da

respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes de no mínimo: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

3.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

3.1.5. Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.

3.1.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

3.1.7. É de responsabilidade da Contratada todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução do objeto.

3.1.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação

3.1.9. A Contratada deverá fornecer mensalmente ao CIMINAS um relatório detalhado dos quantitativos dos itens fornecidos durante o período. Este relatório é essencial para o controle, acompanhamento da execução contratual e gestão dos recursos.

3.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.

3.2.2. Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.

3.2.3. Pagar a importância correspondente, após a entrega do objeto pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais, devidamente atestadas.

3.2.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

3.2.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

3.2.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

3.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

3.2.7.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

3.2.7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

3.2.7.3. A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

4. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

4.1. Caberá à CONTRATADA refazer a entrega dos produtos licitados (sem ônus para a contratante) sempre que os produtos estiverem em desacordo com as especificações deste termo de referência.

5. DA GESTÃO DO CONTRATO:

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.

5.7. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação os fiscais designados nos futuros Contratos dos respectivos municípios aderentes observados as legislações vigentes.

5.8. Na ocorrência de atrasos na entrega, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na lei e no edital de convocação.

5.9. A fiscalização do objeto desta licitação ficará a cargo do município contratante, juntamente com o técnico responsável que será designado para tal finalidade, observados as legislações vigentes.

6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. RECEBIMENTO

6.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, será recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade dos produtos entregues e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 dias úteis.

6.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ou da documentação prevista no item 7.2.3.

6.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.1.9. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente indicar o Município onde o serviço foi executado/prestado, para fins de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS).

6.2. LIQUIDAÇÃO

6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº

77/2022.

6.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.2.3.1.** o prazo de validade;
- 6.2.3.2.** a data da emissão;
- 6.2.3.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.2.3.4.** o período respectivo de execução da ordem de serviço;
- 6.2.3.5.** o valor a pagar;

6.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.6. A Administração deverá realizar consulta aos órgãos competentes para:

- 6.2.6.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 6.2.6.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 6.2.7.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.2.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à

existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.10. Em relação a parte incontrovertida quanto a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7. PRAZO DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**

9.2. FORMA DE FORNECIMENTO

9.2.1. O fornecimento do objeto será sob demanda do município aderente, e entregue a cada ordem de fornecimento/serviço expedida com os quantitativos desejados para aquela ordem, que conterá os quantitativos específicos de cada item do processo para a execução dos serviços.

9.2.2. A CONTRATADA deverá computar na sua proposta TODO e QUALQUER valor que seja necessário para cobrir todas as despesas oriundas das futuras ordens de fornecimento que serão emitidas pelos municípios aderentes, sendo que, conforme disposto no preâmbulo deste termo de referência.

9.2.3. Além dos custos operacionais, também deverão estar previstas na proposta de preços os valores referentes a despesas com mão de obra, tributos, encargos sociais, fretes, insumos, combustíveis, deslocamento e demais custos referentes ao fornecimento do objeto a ser contratado.

10. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.1. Conforme disposto no item 7.4 deste instrumento editalício, o presente procedimento licitatório adotará a inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Dessa forma, a análise da documentação de habilitação será realizada previamente à etapa de lances, sendo condição indispensável para que o licitante esteja apto a participar da fase competitiva do certame.

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.3.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

10.3.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.3.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.3.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.1.8. Documento de identificação pessoal do(s) sócio(s) administrador(es).

10.3.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.3.3.1. Certidão negativa de falência, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, sendo considerada válida se emitida até 90 (noventa) dias da data marcada para a sessão pública deste processo licitatório. Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial fornecida for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

10.3.3.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.

10.3.3.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

10.3.3.4. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

10.3.3.5. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:

- e) Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- f) Publicados em Diário Oficial; e
- g) Publicados em jornal de grande circulação; ou
- h) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.3.3.6. Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA):

- d) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- e) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- f) Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

10.3.3.7. Sociedade criada no exercício em curso:

- b) Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.3.3.8. A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

10.3.3.9. Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

10.3.3.10. Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

10.3.3.11. Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Legenda:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

10.3.3.12. JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

10.3.3.13. A licitante deverá apresentar:

10.3.3.14. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigível, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

10.3.3.15. comprovação de capital social mínimo correspondente a 10% do valor estimado da licitação, equivalente a R\$ 489.223,20, considerando o valor global estimado de R\$ 4.892.232,00.

10.3.3.16. As empresas constituídas no exercício em curso, ainda sem exercício social encerrado e exigível, deverão apresentar balanço de abertura, acompanhado dos documentos societários e contábeis correspondentes.

10.3.3.17. A comprovação do capital social mínimo deverá constar do ato constitutivo, contrato social, estatuto social, alteração contratual, certidão simplificada da Junta Comercial ou documento societário que demonstre capital social igual ou superior a R\$ 489.223,20.

10.3.3.18. Não serão exigidos índices contábeis de liquidez, solvência, endividamento, rentabilidade ou lucratividade.

10.3.3.19. A exigência de capital social mínimo justifica-se pela necessidade de comprovar estrutura econômico-financeira mínima da licitante para suportar fornecimento futuro, parcelado e descentralizado, com atendimento a múltiplos municípios participantes, custos logísticos, manutenção de disponibilidade de produto, entrega técnica, treinamento de servidores e cumprimento regular das obrigações durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.3.5. A qualificação técnica tem por finalidade comprovar que a licitante possui aptidão operacional mínima para fornecer produto compatível com o objeto licitado e cumprir as obrigações de entrega técnica e treinamento.

10.3.6. A licitante deverá apresentar:

10.3.7. atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento satisfatório de produto compatível com o objeto licitado;

10.3.8. declaração de que possui condições de realizar entrega técnica e treinamento dos servidores municipais indicados;

10.3.9. indicação do responsável ou instrutor que realizara a entrega técnica e o treinamento, podendo ser profissional da licitante, do fabricante, de distribuidor oficial ou pessoa tecnicamente capacitada para orientação de uso do produto;

10.3.9.1. declaração de disponibilidade para atendimento dos municípios participantes, conforme prazos, locais e condições estabelecidos neste Termo de Referência / Habilitação e na Ata de Registro de Preços.

10.3.9.2. O atestado de capacidade técnica deverá conter:

10.3.9.3. identificação da pessoa jurídica emitente

- 10.3.9.4.** CNPJ do emitente
- 10.3.9.5.** identificação da licitante
- 10.3.9.6.** descrição do produto fornecido
- 10.3.9.7.** quantitativo fornecido
- 10.3.9.8.** data ou período de fornecimento
- 10.3.9.9.** declaração de fornecimento satisfatório
- 10.3.9.10.** identificação e assinatura do responsável pela emissão
- 10.3.9.11.** telefone, e-mail ou outro meio que permita diligência

10.3.9.12. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica, desde que os documentos apresentados sejam compatíveis com o objeto licitado.

10.3.9.13. O atestado de capacidade técnica poderá ser diligenciado pela Administração para confirmação de autenticidade, suficiência, pertinência e compatibilidade.

10.3.9.14. A exigência de atestado de capacidade técnica não se confunde com a declaração de atendimento satisfatório do produto. O atestado comprova a experiência operacional da licitante; a declaração de atendimento satisfatório comprova desempenho anterior do produto ofertado em órgão ou entidade pública

10.3.10. declaração de que possui condições de realizar entrega técnica e treinamento dos servidores municipais indicados.

10.3.11. indicação do responsável ou instrutor que realizara a entrega técnica e o treinamento, podendo ser profissional da licitante, do fabricante, de distribuidor oficial ou pessoa tecnicamente capacitada para orientação de uso do produto.

10.3.12. declaração de disponibilidade para atendimento dos municípios participantes, conforme prazos, locais e condições estabelecidos neste Termo de Referência / Habilidade e na Ata de Registro de Preços.

10.3.13. Em se tratando de um produto químico complexo e que necessita atender a normas técnicas específicas, Prova de regularidade do fabricante do produto proposto e de seu responsável técnico junto ao CRQ (Conselho Regional de Química da localidade onde está o fabricante está sediado). Somente serão aceitos registros de indústrias.

10.3.14. Declaração do fabricante de que o licitante proponente está apto/capacitado a realizar entregas técnicas e ministrar treinamentos sobre a correta

utilização do produto proposto aos funcionários da contratante que o manusearão. Por motivos óbvios, caso o licitante seja o próprio fabricante, fica dispensado desta exigência.

10.3.15. Declaração de atendimento satisfatório emitida outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o mesmo produto (marca e fabricante), de acordo com o Art. 42, II da Lei 14.133/21.

10.3.16. Catálogo ou Ficha Técnica do produto proposto evidenciando que ele atenda às exigências editalícias.

10.3.17. FISPQ – Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico

10.3.17.1. O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALORES ESTIMADOS POR MUNICÍPIO:

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão na dotação do município solicitante.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.3. Os valores estimados de preços por município participante será para 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

Araxá/MG, 21 de maio de 2026

Farnese Silva Filho

CIMINAS

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS, consórcio público de direito público, CNPJ 19.493.732/0001-99, com sede na Rua Antônio Alves da Costa, 300, Vila São Pedro, Araxá/MG, CEP 38183-058, neste ato representado pelo seu Presidente devidamente constituído em assembleia Sr. Frederico Ozanam Rangel, brasileiro, Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG – CEP 38805-000, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº 022/2026, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo nº 037/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) _____ CNPJ _____ com sede à _____
Bairro _____ Cidade _____ CEP _____ por seu sócio proprietário Sr.(a) _____, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE GEL MONO COMPONENTE DE AUTOREPARO DE PNEUS EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Deverão estar incluídos no preço todos os insumos necessários para a execução do objeto desta licitação, tais como impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a avença, sem ônus adicional para a Administração.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VL UNITÁRIO

2.2. Especificação detalhada do objeto, será conforme especificada no Termo de Referência.

2.3. Todos os produtos e serviços que serão entregues pela detentora desta Ata serão nas formalidades do Termo de Referência anexo neste edital e serão nas conformidades de cada Ordem de Fornecimento emitida por cada município aderente.

2.4. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de, eventualmente, algum local para prestação de serviços seja mais distante ou de difícil acesso.

2.5. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

3.1. A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, termo de referência e na proposta, vencedora do certame, mas não obrigará a contratação, sendo esta, facultada aos municípios integrantes deste consórcio, ou de outros entes federativos que assim o requisitarem.

3.2. O Licitante Detentor da Ata de Registro de Preços (ARP), doravante denominado CONTRATADA, estará obrigado a retirar as respectivas notas de empenhos e a celebrar o Eventual Contrato ou instrumento equivalente que poderão advir com os órgãos participantes, doravante denominados Municípios Contratantes, nas condições estabelecida neste Termo de Referência e na própria Ata (ARP), observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.

3.2.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas

condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao caso.

3.2.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE.

3.3. Quando da necessidade de contratação nos termos contratuais instituídos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, os ordenadores de despesas dos Municípios, órgãos CONTRATANTES, deverão consultar ao CIMINAS (Órgão Gerenciador) através de sua COORDENADORIA DE LICITAÇÕES para obter a indicação do Licitante Detentor da ARP, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

3.4. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Os órgãos e entidades poderão aderir à esta Ata de Registro de Preços na condição de não participantes do consórcio, desde que observados os requisitos previstos no artigo art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E/OU FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá atentar para o cumprimento dos parâmetros solicitados e exaustivamente percorridos no Termo de Referência do processo licitatório, uma vez que, a aceitação do objeto vincula-se ao fiel atendimento das especificações contidas nele e somente serão aceitos se

atenderem aos padrões exigidos e forem entregues dentro do prazo estabelecido.

4.2. Verificada desconformidade dos produtos fornecidos, a empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá efetuar as devidas correções ou substituições no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a comunicação oficial, sem ônus para o Consórcio e/ou Município, podendo ser prorrogado pelo Consórcio e/ou Município, mediante solicitação.

4.3. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

5. DO PRAZO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O local de entrega do objeto será conforme estabelecido no Termo de Referência, cujas especificações serão informadas nas ordens/autorizações de serviço, emitidas no decorrer do tempo de vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que, a responsabilidade pelo recebimento, será do funcionário oportunamente indicado pelo município aderente.

5.2. Caso a empresa detentora da ata não possa cumprir com os prazos estipulados nas ordens de serviço, deverá apresentar justificativa por escrito, até 02 (dois) dias do vencimento do prazo de início da prestação de serviços descritas no objeto, ficando a critério do Consórcio e/ou Município a sua aceitação.

5.3. Ao não cumprir os prazos estipulados para refazimento de serviços caso ocorra sem justificativa formal aceita pelo Consórcio e/ou Município, decairá seu direito de fornecimento, sujeitando-se às penalidades previstas neste instrumento.

6. DA VALIDADE DA ATA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021 contado a partir do 1º dia útil subsequente à sua publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

7.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas

7.2.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

7.2.4. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.3. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao

fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.3.1 Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

7.3.2 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

7.3.3 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

7.5.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.5.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.5.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2, e será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.6. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

7.6.1. Por razão de interesse público;

7.6.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

7.6.3. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

8.3. O(s) órgão(s) participante(s) deverá(ão) comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2 e 7.6.3 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As demais condições gerais do fornecimento, encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

10.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

10.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

CIMINAS

[Assinatura Representante(s) Legal(is) do(s) Fornecedor(es) Registrado(s)]

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
MINUTA DE CONTRATO XXX/XXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A
XXXXXXXXXXXX, POR INTERMÉDIO DO
(A) E

A por intermédio do(a)
....., com sede no(a), na cidade de
..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato
representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria
nº, de de de 20..., portador do CPF nº.....
e RG nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ
sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO,
neste ato representado(a) por (nome e função no
contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada
nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 037/2026 e em
observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais
legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do
Pregão Eletrônico n. 022/2026, Ata de Registro de Preço...../XXXX mediante
as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de gel mono componente de auto reparo, nas conformidades descritas no Termo de Referência e Planilha Orçamentária que são parte integrante desta Ata, nas condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n. 022/2026 e Ata de Registro de Preço...../.....

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	VALO UN	VALOR TOTAL
TOTAL:					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... ()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em // (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.1.2. Realizar a entrega dos itens na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.

8.1.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes de no mínimo: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

8.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.1.5. Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.

8.1.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

8.1.7. É de responsabilidade da Contratada vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.

8.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.1.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação

8.1.10.A Contratada deverá fornecer mensalmente ao CIMINAS um relatório detalhado dos quantitativos dos itens fornecidos ou serviços executados durante o período. Este relatório é essencial para o controle, acompanhamento da execução contratual e gestão dos recursos.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.

8.2.2. Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.

8.2.3. Pagar a importância correspondente, após a entrega do objeto pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais, devidamente atestadas.

8.2.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.2.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.2.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

8.2.7.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

8.2.7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

8.2.7.3. O representante da Administração Solicitante anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.2.7.4. A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

9. CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3. Multa:

9.3.1. Moratória de% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de () dias;

9.3.2. Moratória de% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3.2.1. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n 14.133, de 2021.

9.3.2.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a % do valor do Contrato.

9.3.2.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

9.3.2.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de % a ...% do valor do Contrato.

9.3.2.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de....% a ...% do valor do Contrato.

9.3.2.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.4.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.4.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 9.4.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.4.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 9.4.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.4.6.4.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- 9.4.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa,

poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

10.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

10.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 11.1.1. Gestão/Unidade:
- 11.1.2. Fonte de Recursos:
- 11.1.3. Programa de Trabalho:
- 11.1.4. Elemento de Despesa:
- 11.1.5. Plano Interno:
- 11.1.6. Nota de Empenho:

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

15.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO IV

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO DO PRODUTO, AMOSTRA, ENTREGA TÉCNICA E TREINAMENTO

FINALIDADE DO DOCUMENTO

O presente documento tem por finalidade justificar tecnicamente as exigências de qualificação, documentação do produto, comprovação de regularidade técnica do fabricante, apresentação de ficha técnica, FISPQ/FDS, amostra, entrega técnica e treinamento dos servidores municipais responsáveis pela manutenção da frota.

A justificativa busca demonstrar que as exigências pretendidas são necessárias, proporcionais, pertinentes ao objeto e diretamente vinculadas à mitigação de riscos técnicos, operacionais, patrimoniais, químicos, logísticos e administrativos da contratação.

A Lei nº 14.133/2021 determina que a fase preparatória contenha, entre outros elementos, a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar, a definição do objeto, o orçamento estimado, as condições de execução e pagamento, os critérios de julgamento e as exigências de habilitação.

No caso específico, o Mapa de Gerenciamento de Riscos identifica como riscos relevantes a especificação técnica insuficiente, a contratação de produto sem desempenho compatível, a documentação química incompleta, a entrega de produto diverso do ofertado, o treinamento insuficiente, a aplicação incorreta pelos servidores, a vedação à substituição de produto ou marca e a impugnação por exigência técnica mal fundamentada.

Assim, as exigências técnicas ora justificadas não têm finalidade restritiva, promocional ou direcionadora. Sua finalidade é assegurar que o produto fornecido seja rastreável, tecnicamente documentado, seguro para manuseio pelos servidores municipais e compatível com a finalidade pública pretendida.

PREMISSA CENTRAL DA CONTRATAÇÃO

A contratação possui como objeto o fornecimento de gel monocomponente de

autorreparo de pneus, com entrega técnica e treinamento dos servidores responsáveis pela manutenção da frota municipal.

A aplicação do produto será realizada pelos próprios municípios participantes, por meio de seus servidores, mecânicos, borracheiros, operadores ou equipes de manutenção previamente orientados.

Dessa premissa decorrem três consequências técnicas essenciais:

- a) o produto deverá possuir documentação técnica suficiente para permitir sua identificação, manuseio, armazenamento, aplicação e fiscalização;
- b) a contratada deverá realizar entrega técnica e treinamento, pois os servidores municipais serão responsáveis pela aplicação;
- c) a Administração deverá exigir mecanismos mínimos de comprovação de qualidade, segurança, rastreabilidade e desempenho, evitando aquisição de produtos improvisados, sem responsável técnico, sem ficha de segurança ou sem compatibilidade comprovada com a finalidade pretendida.

Portanto, a contratação não se confunde com simples aquisição de insumo comum indiferenciado. Embora o fornecimento seja objetivamente licitável por pregão, a natureza química e operacional do produto exige critérios técnicos mínimos de aceitabilidade e de controle.

NATUREZA TÉCNICA DO PRODUTO E NECESSIDADE DE CONTROLE

O gel monocomponente de autorreparo de pneus será aplicado no interior de pneus de veículos, máquinas e equipamentos públicos, incluindo frota leve, vans, micro-ônibus, ônibus, caminhões, máquinas pesadas e equipamentos utilizados em serviços essenciais.

Por sua própria finalidade, o produto deverá entrar em contato com componentes internos do pneu, roda, válvula e demais elementos associados à rodagem. Desse modo, produto inadequado, corrosivo, instável, inflamável, incompatível ou sem desempenho técnico poderá gerar:

- a) dano a pneus e rodas;
- b) redução da vida útil dos pneus;
- c) perda de eficiência da solução;
- d) risco de paralisação da frota;
- e) exposição de servidores e usuários a riscos operacionais;
- f) desperdício de recursos públicos;
- g) responsabilização por recebimento de produto inadequado;

- h) litígios contratuais;
- i) questionamentos perante órgãos de controle.

As exigências de documentação técnica, FISPQ/FDS, ficha técnica, identificação de fabricante, responsável técnico e comprovação de desempenho são, portanto, medidas de segurança e controle. Não se destinam a reduzir competitividade, mas a assegurar que a Administração contrate produto tecnicamente rastreável e compatível com o uso público pretendido.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

A Lei nº 14.133/2021 admite que a Administração estabeleça requisitos de habilitação técnica e critérios de aceitabilidade do objeto, desde que compatíveis com a natureza da contratação, proporcionais ao risco e vinculados ao interesse público.

A qualificação técnico-profissional e técnico-operacional deve restringir-se às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, preservando a pertinência entre a exigência e o encargo efetivamente licitado.

A mesma lei permite a realização de diligências para saneamento de dúvidas, complementação de informações e apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, evitando julgamentos precipitados e preservando a seleção da proposta mais vantajosa.

No caso da prova de qualidade de produto, a Lei nº 14.133/2021 admite mecanismos de avaliação e comprovação de conformidade técnica, inclusive por certificações, laudos, testes, amostras e documentos equivalentes, conforme a natureza do objeto.

Entretanto, as exigências técnicas devem ser redigidas com cuidado para evitar configuração de exigência comercial indevida, exclusividade, carta de solidariedade ou credenciamento obrigatório de fabricante. A modelagem adotada deverá diferenciar:

- a) exigência técnica legítima de documentação do produto;
- b) comprovação de segurança química;
- c) comprovação de regularidade técnica do fabricante;
- d) comprovação de aptidão para entrega técnica e treinamento;
- e) vedação a exigências comerciais indevidas, exclusividade, representação autorizada ou carta de solidariedade.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE FICHA TÉCNICA DO PRODUTO

A ficha técnica é documento essencial para identificação objetiva do produto ofertado.

Ela deverá conter, no mínimo:

- a) nome comercial do produto;
- b) fabricante;
- c) composição ou natureza técnica geral;
- d) finalidade de uso;
- e) forma de aplicação;
- f) tipos de pneus compatíveis;
- g) rendimento ou quantidade orientativa por tipo de pneu;
- h) pH ou faixa técnica aplicável;
- i) informações sobre inflamabilidade;
- j) validade;
- k) condições de armazenamento;
- l) restrições de uso;
- m) orientações gerais de segurança;
- n) identificação do responsável técnico, quando aplicável.

A ficha técnica permitirá que o pregoeiro, a equipe técnica e os fiscais municipais verifiquem se o produto ofertado corresponde ao objeto licitado e atende aos requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência.

Sem ficha técnica, a Administração ficaria impedida de avaliar objetivamente a compatibilidade do produto com a finalidade pública pretendida. A exigência, portanto, é necessária para assegurar julgamento objetivo, rastreabilidade e fiscalização da execução.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE FISPQ/FDS

A Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico - FISPQ, atualmente também referida como Ficha com Dados de Segurança - FDS, é indispensável para produtos químicos, especialmente quando serão armazenados, manuseados e aplicados por servidores municipais.

No presente caso, a FISPQ/FDS é necessária para permitir a verificação de:

- a) identificação do produto e do fabricante;

- b) composição e informações sobre ingredientes;
- c) classificação de perigos;
- d) medidas de primeiros socorros;
- e) medidas de combate a incêndio;
- f) medidas de controle para derramamento ou vazamento;
- g) manuseio e armazenamento;
- h) controle de exposição e proteção individual;
- i) propriedades físico-químicas;
- j) estabilidade e reatividade;
- k) informações toxicológicas;
- l) informações ecológicas;
- m) considerações sobre destinação final;
- n) informações de transporte e regulamentações aplicáveis.

A exigência da FISPQ/FDS é particularmente relevante porque a aplicação será realizada pelos responsáveis pela manutenção da frota em cada município. Portanto, os servidores municipais precisam receber treinamento e ter acesso a documento de segurança que oriente o manuseio adequado do produto.

A ausência da FISPQ/FDS comprometeria a segurança do manuseio, a gestão de riscos, o treinamento, o armazenamento e a fiscalização do recebimento.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE

A identificação do fabricante é requisito indispensável de rastreabilidade.

A Administração precisa saber quem fabrica o produto ofertado, onde está situado o fabricante, qual é a origem do produto, quais documentos técnicos estão vinculados à fabricação e quem responde tecnicamente pelas informações apresentadas.

A ausência de identificação do fabricante poderia permitir a oferta de:

- a) produto de procedência desconhecida;
- b) misturas artesanais ou improvisadas;
- c) produto sem controle técnico mínimo;
- d) produto sem responsável técnico;
- e) produto sem rastreabilidade;
- f) produto com marca comercial desvinculada de fabricação efetiva;
- g) produto sem possibilidade de diligência técnica.

A exigência de identificação do fabricante não constitui direcionamento, pois não

limita a participação a fabricante específico. Trata-se de requisito mínimo de controle da origem, qualidade, segurança e rastreabilidade do produto.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE REGULARIDADE TÉCNICA DO FABRICANTE

Considerando que o objeto envolve produto químico destinado à aplicação em pneus da frota pública, é tecnicamente razoável exigir comprovação de regularidade do fabricante perante o conselho profissional competente, quando aplicável à natureza da atividade e ao produto ofertado.

A exigência não busca privilegiar determinado fabricante, mas assegurar que o produto seja fabricado por empresa regular, identificável e submetida a responsabilidade técnica compatível com a natureza química do item fornecido.

A regularidade técnica do fabricante permite reduzir riscos de:

- a) fornecimento de produto sem controle profissional;
- b) ausência de responsabilidade técnica;
- c) documentos químicos sem lastro;
- d) insegurança quanto à composição;
- e) dificuldade de responsabilização por vícios do produto;
- f) aquisição de produto sem procedência industrial compatível.

A exigência deverá ser redigida de forma proporcional, admitindo a comprovação por certidão, registro, declaração de regularidade ou documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO DO FABRICANTE

A identificação do responsável técnico do fabricante é medida de segurança documental e operacional.

O responsável técnico vinculado ao fabricante confere maior confiabilidade às informações constantes na ficha técnica, FISPQ/FDS, declarações técnicas e orientações de uso.

A exigência é pertinente porque:

- a) o produto possui natureza química;
- b) será aplicado em bens públicos;

- c) será manuseado por servidores municipais;
- d) poderá impactar pneus, rodas e componentes;
- e) exigirá treinamento e orientação técnica;
- f) a Administração precisa de lastro técnico para verificar compatibilidade do produto com a finalidade pretendida.

Não se exige que o fornecedor seja fabricante, nem que tenha responsável técnico próprio, salvo se também fabricar o produto. A exigência recai sobre a regularidade técnica do produto e do fabricante, de modo a proteger a Administração contra produtos sem controle profissional mínimo.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A exigência de atestado de capacidade técnica tem por finalidade demonstrar que a licitante já forneceu produto compatível com o objeto licitado, de forma satisfatória.

Recomenda-se que o atestado comprove:

- a) fornecimento de produto similar ou compatível;
- b) fornecimento satisfatório;
- c) identificação do emitente;
- d) quantitativo fornecido;
- e) período ou data do fornecimento;
- f) possibilidade de diligência;
- g) assinatura por representante habilitado do emitente.

Para preservar a competitividade, o atestado não deve exigir, como regra, o fornecimento da mesma marca ou ao mesmo tipo de órgão, salvo quando tal exigência estiver tecnicamente fundamentada em documento próprio.

O atestado deve comprovar aptidão operacional da licitante para fornecimento do objeto, não podendo ser utilizado para criar barreira artificial de mercado.

A exigência de quantitativo mínimo deve ser proporcional ao risco da contratação. Quando adotado percentual mínimo, recomenda-se que a justificativa esteja vinculada à necessidade de demonstrar capacidade de atendimento em escala compatível com a Ata de Registro de Preços, especialmente considerando o atendimento simultâneo ou sucessivo de múltiplos municípios participantes.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÃO TÉCNICA DO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL TÉCNICO

A declaração técnica do fabricante ou de seu responsável técnico poderá ser exigida para confirmar informações essenciais sobre o produto, tais como:

- a) identificação do produto;
- b) identificação do fabricante;
- c) finalidade de uso;
- d) compatibilidade com pneus indicados;
- e) condições de aplicação;
- f) limitações técnicas;
- g) orientações de armazenamento;
- h) inexistência de componentes incompatíveis com a finalidade declarada;
- i) aptidão do fornecedor para realizar entrega técnica e treinamento, quando este não for o fabricante.

Essa declaração deverá ser cuidadosamente redigida para evitar qualquer aparência de carta de solidariedade, autorização comercial, exclusividade, representação obrigatória ou credenciamento de fabricante.

A Administração não deve exigir que o fabricante se responsabilize solidariamente pela execução contratual do fornecedor, salvo hipótese excepcional e devidamente justificada. O objetivo é apenas assegurar que o produto ofertado possui suporte técnico-documental idôneo e que as informações apresentadas pelo licitante são compatíveis com as orientações do fabricante.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO SATISFATÓRIO

A declaração de atendimento satisfatório tem por finalidade demonstrar que o produto ofertado já foi utilizado de forma satisfatória em situação real por órgão ou entidade pública, em contexto compatível com a finalidade pretendida pela Administração.

Essa exigência é recomendável porque a Administração busca solução preventiva para frota pública, e não produto experimental, improvisado ou sem histórico mínimo de aplicação. A declaração de atendimento satisfatório não se confunde com o atestado de capacidade técnica da licitante, pois possui finalidade diversa: enquanto o atestado comprova experiência operacional do fornecedor, a declaração busca evidenciar o desempenho satisfatório do produto ofertado em uso institucional anterior.

A declaração deverá comprovar, sempre que possível:

- a) identificação do produto utilizado;
- b) marca e fabricante;

- c) período ou ocasião de uso;
- d) finalidade de aplicação;
- e) uso em frota, equipamento, veículo ou contexto operacional público;
- f) desempenho satisfatório do produto;
- g) ausência de registro de dano associado ao uso regular, quando possível;
- h) identificação do órgão ou entidade pública emitente;
- i) identificação do responsável pela emissão;
- j) possibilidade de diligência pela Administração.

Para resguardar a segurança da contratação e reduzir risco de manipulação documental, recomenda-se que a declaração de atendimento satisfatório seja emitida exclusivamente por órgão ou entidade pública, preferencialmente de nível federativo equivalente ou superior, que tenha adquirido ou utilizado o produto ofertado em contexto compatível com o objeto da contratação.

A exigência deve estar vinculada à comprovação de desempenho do produto, e não à limitação de fornecedores. Não se trata de exigir experiência comercial específica da licitante, mas de assegurar que o produto apresentado possua histórico institucional minimamente verificável de utilização satisfatória.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE CATÁLOGO OU DOCUMENTO TÉCNICO EQUIVALENTE

O catálogo, ficha técnica expandida, manual de uso ou documento técnico equivalente permite que a Administração verifique:

- a) finalidade do produto;
- b) forma de aplicação;
- c) tipos de pneus compatíveis;
- d) dosagem orientativa;
- e) modo de armazenamento;
- f) precauções de uso;
- g) limitações;
- h) validade;
- i) condições de conservação;
- j) compatibilidade com a necessidade pública.

O catálogo ou documento equivalente deve ser exigido como instrumento de julgamento objetivo da proposta e de fiscalização posterior. O licitante deverá ficar vinculado às informações técnicas apresentadas, sendo vedada a entrega de produto diverso ou tecnicamente incompatível.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

A exigência de amostra é adequada quando a Administração precisa verificar, antes da aceitação definitiva da proposta, se o produto ofertado possui características mínimas compatíveis com o Termo de Referência.

No presente caso, a amostra pode ser justificada pela necessidade de verificar:

- a) embalagem;
- b) rotulagem;
- c) identificação de fabricante;
- d) consistência física aparente;
- e) volume;
- f) lote;
- g) validade;
- h) compatibilidade entre amostra, ficha técnica, FISPQ/FDS e proposta;
- i) ausência de divergência evidente em relação ao produto ofertado;
- j) possibilidade de conferência técnica preliminar.

A amostra deverá ser exigida preferencialmente apenas do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, evitando onerar todos os participantes e preservando a competitividade.

A exigência de amostra deverá conter:

- a) prazo para apresentação;
- b) local de entrega;
- c) quantidade necessária;
- d) forma de identificação;
- e) critérios objetivos de avaliação;
- f) possibilidade de diligência;
- g) consequências da não apresentação;
- h) consequências da apresentação de amostra divergente;
- i) registro formal da análise;
- j) devolução ou destinação da amostra, quando cabível.

A análise da amostra não deve ser subjetiva. Deve limitar-se à verificação de conformidade com os documentos técnicos, especificações editalícias e requisitos objetivos do Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU PRODUTO

A vedação à substituição de marca ou produto ao longo da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela derivados é medida essencial de rastreabilidade, segurança e

fiscalização.

A proposta, a ficha técnica, a FISPQ/FDS, a amostra, a declaração técnica, o treinamento e a aceitação do produto estarão vinculados a uma marca, fabricante, composição e documentação específica.

Se a substituição fosse livre, a Administração poderia aceitar um produto durante a licitação e receber outro durante a execução, sem a mesma documentação, sem a mesma avaliação técnica e sem a mesma comprovação de desempenho.

A vedação protege:

- a) o julgamento objetivo;
- b) a vinculação à proposta;
- c) a rastreabilidade do produto;
- d) a segurança do treinamento;
- e) a fiscalização do recebimento;
- f) a compatibilidade entre produto entregue e documentação apresentada;
- g) a segurança dos servidores responsáveis pela aplicação;
- h) a integridade da Ata de Registro de Preços.

Eventual substituição somente deve ser admitida em hipótese excepcional, devidamente justificada, mediante autorização formal da Administração, comprovação de equivalência técnica integral, apresentação de nova ficha técnica, FISPQ/FDS, documentos do fabricante, eventual nova amostra e avaliação da área técnica, sem alteração de preço e sem prejuízo ao interesse público.

JUSTIFICATIVA PARA ENTREGA TÉCNICA OBRIGATÓRIA

A entrega técnica é indispensável porque a contratação não inclui aplicação pela contratada. O produto será entregue aos municípios, e sua aplicação será realizada pelos servidores responsáveis pela manutenção da frota.

A entrega técnica deverá assegurar que os servidores compreendam:

- a) finalidade do produto;
- b) hipóteses de uso;
- c) limitações técnicas;
- d) procedimento de aplicação;
- e) quantidade orientativa por tipo de pneu;
- f) cuidados de armazenamento;
- g) cuidados de manuseio;
- h) leitura da FISPQ/FDS;

- i) situações em que o produto não deve ser aplicado;
- j) necessidade de manutenção preventiva dos pneus;
- k) registro interno de aplicação;
- l) condutas em caso de dúvidas ou inconformidades.

A ausência de entrega técnica transferiria aos municípios risco operacional indevido, pois os servidores poderiam aplicar o produto sem orientação mínima. Isso poderia comprometer a eficácia da solução, gerar desperdício e aumentar o risco de dano ao patrimônio.

JUSTIFICATIVA PARA TREINAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

O treinamento prático e teórico dos servidores é requisito essencial da contratação.

A aplicação do produto envolve procedimentos operacionais que, se executados incorretamente, podem reduzir a eficácia da solução ou causar uso inadequado do produto.

O treinamento deverá contemplar, no mínimo:

- a) apresentação do produto;
- b) identificação da embalagem, lote, validade e fabricante;
- c) leitura básica da ficha técnica;
- d) leitura básica da FISPQ/FDS;
- e) armazenamento adequado;
- f) manuseio seguro;
- g) equipamentos de proteção recomendados;
- h) inspeção prévia do pneu;
- i) condições de não aplicação;
- j) procedimento de aplicação;
- k) dosagem orientativa;
- l) cuidados após aplicação;
- m) registro de aplicação;
- n) limitações do produto;
- o) diferenciação entre autorreparo preventivo e manutenção corretiva ordinária.

O treinamento deverá ser comprovado por lista de presença, relatório de entrega técnica, declaração de treinamento ou documento equivalente, contendo identificação do município, data, local, conteúdo ministrado, servidores participantes e responsável pelo treinamento.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE PLANO DE ENTREGA TÉCNICA E TREINAMENTO

A exigência de plano de entrega técnica e treinamento permite à Administração avaliar se a contratada possui organização mínima para cumprir obrigação essencial do contrato.

O plano deverá conter:

- a) metodologia do treinamento;
- b) conteúdo programático;
- c) carga horária mínima;
- d) forma de demonstração prática;
- e) perfil do instrutor;
- f) materiais de apoio;
- g) cronograma ou forma de agendamento;
- h) forma de comprovação;
- i) municípios atendidos;
- j) orientações de segurança;
- k) canal de suporte inicial para dúvidas.

O plano não deve ser excessivamente burocrático, mas precisa ser suficiente para impedir que a entrega técnica se reduza a simples entrega física dos galões.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ÍNDICES FINANCEIROS, CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMOS

A contratação por Sistema de Registro de Preços poderá gerar ordens de fornecimento para múltiplos municípios participantes, com entregas parceladas, obrigações logísticas, manutenção de estoque, realização de entrega técnica e treinamento.

Por essa razão, é razoável que o edital exija comprovação mínima de capacidade econômico-financeira, observados os limites da Lei nº 14.133/2021 e a proporcionalidade em relação ao valor estimado da contratação.

A exigência de índices financeiros, capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo deve ter por finalidade verificar se a licitante possui estrutura econômica compatível com as obrigações assumidas, especialmente em razão de:

- a) necessidade de fornecimento em escala;
- b) atendimento de múltiplos municípios;
- c) entrega em localidades distintas;
- d) manutenção de condições de fornecimento durante a vigência da ata;
- e) risco de desabastecimento;

- f) risco de abandono da ata;
- g) necessidade de suportar custos logísticos e de treinamento;
- h) necessidade de cumprir obrigações antes do recebimento dos pagamentos.

A exigência deve ser objetiva, proporcional e previamente justificada, evitando valores excessivos que possam restringir a competitividade.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE LOGÍSTICA

A Administração não deve restringir a participação de empresas com base em localização geográfica da sede. A exigência adequada é de capacidade logística para atender os municípios participantes dentro dos prazos estabelecidos.

A comprovação de capacidade logística poderá ser feita por:

- a) declaração de disponibilidade logística;
- b) frota própria ou terceirizada;
- c) contrato com transportadora;
- d) centro de distribuição;
- e) representante regional;
- f) plano de entrega;
- g) outro meio idôneo que demonstre capacidade de cumprimento das ordens de fornecimento.

Essa modelagem preserva a competitividade e, ao mesmo tempo, protege a Administração contra fornecedores incapazes de cumprir os prazos de entrega.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS EM NOME DO LICITANTE E DO FABRICANTE

A documentação da licitante comprova sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e operacional.

A documentação do fabricante comprova a regularidade, a rastreabilidade e a conformidade técnica do produto.

Essa distinção é necessária porque nem sempre a licitante será fabricante. Poderão participar empresas distribuidoras, revendedoras ou fornecedoras, desde que comprovem a adequação técnica do produto ofertado e sua aptidão para realizar entrega técnica e treinamento.

Assim:

- a) a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira deve ser exigida da licitante;
- b) a documentação técnica do produto deve estar vinculada ao fabricante e ao produto ofertado;
- c) a aptidão para entrega técnica e treinamento deve ser comprovada pela licitante, com suporte técnico do fabricante, distribuidor oficial ou responsável técnico, quando necessário.

Essa separação evita tanto a fragilização técnica quanto a restrição indevida do mercado.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE TÉCNICA DO PRODUTO

O Termo de Referência deverá conter matriz objetiva de aceitabilidade técnica, indicando requisito, forma de comprovação e consequência do não atendimento.

Modelo recomendado:

Requisito	Documento de comprovação	Momento de apresentação	Consequência do não atendimento
Identificação do produto	Proposta/ficha técnica	Proposta final	Desclassificação, se insanável
Identificação do fabricante	Ficha técnica/FISPQ/FDS	Proposta final	Desclassificação, se ausente
Segurança química	FISPQ/FDS	Proposta final	Desclassificação
Compatibilidade com pneus	Ficha técnica/catálogo	Proposta final	Desclassificação
Não inflamabilidade	FISPQ/FDS ou declaração técnica	Proposta final	Desclassificação
pH compatível	Ficha técnica/laudo/documento equivalente	Proposta final	Diligência ou desclassificação
Orientação de aplicação	Manual/ficha técnica	Proposta final	Diligência ou desclassificação
Entrega técnica	Plano/declaração	Habilitação/proposta final	Inabilitação ou desclassificação, conforme edital
Treinamento	Plano de treinamento	Habilitação/proposta final	Inabilitação ou desclassificação

Requisito	Documento de comprovação	Momento de apresentação	Consequência do não atendimento
			, conforme edital
Amostra	Amostra do primeiro colocado	Após classificação provisória	Desclassificação se incompatível

CRITÉRIOS DE DILIGÊNCIA

A diligência deverá ser admitida para esclarecer informações, confirmar autenticidade, complementar dados de documentos já apresentados e apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

A diligência não poderá ser utilizada para:

- a) substituir produto ofertado;
- b) trocar marca ou fabricante;
- c) apresentar produto novo;
- d) corrigir ausência de documento essencial inexistente;
- e) alterar substância da proposta;
- f) permitir vantagem indevida ao licitante.

Poderá ser utilizada para:

- a) confirmar atestado;
- b) confirmar autenticidade de FISPQ/FDS;
- c) esclarecer informação da ficha técnica;
- d) solicitar documento complementar sobre informação já apresentada;
- e) confirmar regularidade do fabricante;
- f) confirmar vínculo entre produto, fabricante e documentação técnica;
- g) esclarecer dúvidas sobre amostra.

VEDAÇÕES NECESSÁRIAS

Para preservar a segurança da contratação, recomenda-se prever expressamente:

- a) vedação à substituição de marca ou produto sem autorização formal;
- b) vedação à entrega de produto diverso do ofertado;
- c) vedação à entrega de produto com validade insuficiente;
- d) vedação à entrega de produto sem ficha técnica e FISPQ/FDS;
- e) vedação à apresentação de produto sem fabricante identificado;
- f) vedação ao uso de declaração comercial restritiva como condição de competição;
- g) vedação à aplicação do produto como substituto da manutenção preventiva;

h) vedação à promessa de desempenho absoluto ou incompatível com a ficha técnica.

COMPATIBILIDADE DAS EXIGÊNCIAS COM A COMPETITIVIDADE

As exigências ora justificadas são compatíveis com a competitividade porque:

- a) não indicam marca específica;
- b) não exigem exclusividade de fabricante;
- c) não exigem representação comercial exclusiva;
- d) não exigem carta de solidariedade;
- e) admitem documentos equivalentes, quando tecnicamente suficientes;
- f) vinculam-se à segurança, rastreabilidade e desempenho do produto;
- g) são proporcionais ao risco da contratação;
- h) decorrem do fato de o produto ser manuseado e aplicado por servidores municipais;
- i) protegem o patrimônio público e a continuidade dos serviços;
- j) permitem julgamento objetivo.

A competitividade não se mede pela aceitação irrestrita de qualquer produto, mas pela abertura do certame a todos os fornecedores capazes de atender requisitos técnicos mínimos, objetivos e justificados.

CONCLUSÃO

As exigências de ficha técnica, FISPQ/FDS, identificação de fabricante, regularidade técnica do fabricante, responsável técnico, atestado de capacidade técnica, declaração técnica, declaração de atendimento satisfatório emitida por órgão ou entidade pública, catálogo, amostra, entrega técnica, treinamento e vedação à substituição de marca/produto são tecnicamente justificadas e compatíveis com a natureza da contratação.

A finalidade dessas exigências é proteger a Administração contra produto sem rastreabilidade, sem segurança química, sem desempenho comprovável, incompatível com a frota pública ou sem orientação adequada de uso.

A contratação será de fornecimento, cabendo aos servidores municipais responsáveis pela manutenção da frota realizar a aplicação do produto após treinamento. Por isso, a entrega técnica e o treinamento não são acessórios dispensáveis, mas elementos centrais para a segurança e eficácia da solução.

As exigências devem ser incorporadas ao Termo de Referência, ao Edital, à Ata de Registro de Preços e aos instrumentos decorrentes, sempre com redação objetiva,

proporcional e sem criação de barreiras comerciais indevidas.

Diante disso, recomenda-se o prosseguimento da fase preparatória, com adoção das exigências técnicas ora justificadas e incorporação dos respectivos critérios de controle aos demais documentos do processo.